



Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Relatório e
Contas Consolidadas

Primeiro trimestre de 2015



01 Análise dos resultados consolidados	3
02 Evolução dos negócios	8
Demonstrações financeiras consolidadas	19
Informação adicional aos acionistas	41

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Em 31 de dezembro de 2014, no seguimento do aumento de capital da Oi realizado em 5 de maio de 2014, a Portugal Telecom SGPS, S.A. ("PT SGPS") detinha uma participação efetiva de 39,7% na Oi, incluindo uma participação que se encontrava classificada como ativo não corrente devido para venda (Nota 12), no âmbito do contrato de permuta ("Permuta") celebrado com a Oi S.A. ("Oi") em 8 de setembro de 2014 e executado em 30 de março de 2015, e a participação remanescente de 22,8% que se encontrava classificada como um investimento em empreendimentos conjuntos (Nota 13) e consequentemente reconhecida de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Em 30 de março de 2015, foi consumada a execução do contrato de permuta, por meio do qual a PT SGPS (1) transferiu para a Portugal Telecom International BV ("PT Finance"), uma subsidiária da Oi, 47.434.872 ações ordinárias da Oi e 94.869.744 ações preferenciais da Oi, e (2) recebeu da PT Finance como contrapartida instrumentos de dívida da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte") com um valor nominal de 897 milhões de euros e uma opção de compra sobre as referidas ações ("Opção de Compra").

Após a execução do contrato de permuta, a PT SGPS detém (1) uma participação efetiva de 27,5% na Oi, correspondente à participação de 22,8% acima referida acrescida de 4,7% decorrente da redução do número de ações em circulação da Oi, (2) os instrumentos de dívida da Rio Forte com um valor nominal de 897 milhões de euros, e (3) a Opção de Compra sobre 47.434.872 ações ordinárias da Oi e 94.869.744 ações preferenciais da Oi, com um preço de exercício de 20,104 reais para as ações ordinárias e 18,529 reais para as ações preferenciais e uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício da opção pela PT SGPS em 10% no fim do primeiro ano e em 18% no fim de cada ano seguinte.

O prejuízo líquido consolidado apurado no primeiro trimestre de 2015, no montante de 43 milhões de euros, reflete essencialmente uma perda de 28 milhões de euros correspondente à participação efetiva da PT SGPS (22,8% até 30 de março de 2015) no prejuízo de 401 milhões de reais (124 milhões de euros) apurado pela Oi no primeiro trimestre de 2015.

01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração dos resultados

	Milhões de euros	
	1T15	1T14 Reexpresso
Custos com o pessoal	1,0	3,2
Fornecimentos e serviços externos	2,5	0,9
Impostos indiretos	0,5	0,6
EBITDA	(4,0)	(4,7)
Depreciações	0,0	0,0
EBIT	(4,0)	(4,8)
Outros ganhos, líquidos	-	(0,5)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	(4,0)	(4,3)
Juros obtidos, líquidos	(0,2)	(6,8)
Perdas em empreendimentos conjuntos	38,7	16,7
Outros custos financeiros, líquidos	0,5	(0,2)
Resultado antes de impostos	(43,0)	(13,9)
Imposto sobre o rendimento	0,0	0,1
Resultado das operações continuadas	(43,0)	(14,0)
Resultado das operações descontinuadas	-	8,9
Resultado líquido	(43,0)	(5,1)
Interesses não controladores	-	9,6
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(43,0)	(14,7)

Os **custos operacionais** consolidados ascenderam a 4,0 milhões de euros no 1T15 em comparação com 4,8 milhões de euros no 1T14, uma redução explicada por menores custos com pessoal devido a menores remunerações variáveis, efeito parcialmente compensado pelo aumento nos custos com serviços de terceiros, relacionados essencialmente com serviços de assessoria financeira e legal no âmbito da combinação de negócios entre a PT SGPS e a Oi e da OPA a que a PT SGPS esteve sujeita.

Os **juros obtidos** ascenderam a 0,1 milhões de euros no 1T15 face a 6,8 milhões de euros no 1T14. Os juros obtidos no 1T14 respeitam essencialmente a fundos que se encontravam na Bratel Brasil e que vieram a ser utilizados em 5 de maio de 2014, no âmbito da Combinação de Negócios com Oi, na subscrição de debentures emitidas pelas *holdings* controladoras da Oi nas quais a Bratel Brasil detinha uma participação.

As **perdas em empreendimentos conjuntos** ascenderam a 39 milhões de euros no 1T15 e 17 milhões de euros no 1T14, e correspondem à participação efetiva da PT SGPS nas perdas da Oi e das suas *Holdings* controladoras, apurados de acordo com o método de equivalência patrimonial. As perdas registadas no 1T15 refletem (1) uma perda de 28 milhões de euros correspondente à participação efetiva da PT SGPS (22,8% até 30 de março de 2015) no prejuízo de 401 milhões de reais (124 milhões de euros) apurado pela Oi no 1T15, e (2) e uma perda de 10 milhões de euros correspondente ao impacto decorrente da alteração da participação efetiva da PT SGPS na Oi, de 22,8% para 27,5%, ocorrida em 30 de março de 2015 no âmbito da execução da Permuta, que reflete a variação negativa da situação líquida da Oi entre o 4T14 e o 1T15. As perdas registadas no 1T14, no montante de 17 milhões

01 Análise dos resultados consolidados

de euros, refletem (1) uma perda de 2 milhões de euros correspondente à participação efetiva da PT SGPS (23,2%) no prejuízo de 21 milhões de reais (6 milhões de euros) da Oi no 1T14, e (2) uma perda de 15 milhões de euros correspondente à participação efetiva da PT SGPS nos resultados negativos das *holdings* controladoras da Oi, os quais refletem fundamentalmente os juros suportados por estas entidades com a sua dívida existente àquela data, a qual veio a ser integralmente reembolsada em 5 de maio de 2014. A deterioração dos resultados da Oi no 1T15 face ao 1T14 é explicada essencialmente por um ganho de 1,2 mil milhões de reais (0,4 mil milhões de euros) registado no 1T14 referente à alienação de torres móveis.

O [resultado líquido das operações descontinuadas](#) ascendeu a 9 milhões de euros no 1T14 e corresponde aos resultados dos negócios contribuídos no aumento da capital da Oi em 5 de maio de 2014.

O [prejuízo líquido](#) ascendeu a 43 milhões de euros no 1T15 e 15 milhões de euros no 1T14, refletindo essencialmente maiores perdas em empreendimentos conjuntos (39 milhões de euros no 1T15 e 17 milhões de euros no 1T14) e menores juros obtidos.

01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

	Milhões de euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
ATIVOS		
Caixa e equivalentes de caixa	104,3	109,5
Contas a receber	0,2	0,1
Investimentos em empreendimentos conjuntos	794,2	714,2
Ativos tangíveis	0,2	0,2
Ativos não correntes detidos para venda	-	388,4
Outros ativos	226,3	6,2
Total do ativo	1.125,2	1.218,5
PASSIVOS		
Dívida bruta	0,2	0,1
Contas a pagar	15,9	9,0
Acréscimos de custos	21,5	23,4
Impostos a pagar	0,2	5,4
Provisões	0,1	27,2
Outros passivos	0,9	0,9
Total do passivo	38,7	66,0
Total do capital próprio	1.086,5	1.152,5
Total do capital próprio e do passivo	1.125,2	1.218,5

Os [investimentos em empreendimentos conjuntos](#) correspondem essencialmente à participação efetiva da PT SGPS na Oi (1) de 22,8% em 31 de dezembro de 2014, a qual se encontrava deduzida da participação classificada como ativo não corrente detido para venda no âmbito da Permuta, e (2) de 27,5% em 31 de março de 2015, refletindo o ganho de participação face à situação em 31 de dezembro de 2014 decorrente da redução do número de ações em circulação da Oi após a execução da Permuta. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a participação efetiva da PT SGPS na Oi correspondia a um investimento total de 775 milhões de euros e 693 milhões de euros, respetivamente, um aumento explicado essencialmente pelo ganho de participação acima mencionado, cujo efeito mais do que compensou o prejuízo líquido apurado pela Oi no 1T15 e ajustamentos de conversão cambial negativos decorrentes da desvalorização do real face ao euro no 1T15. Além da participação efetiva na Oi, esta rubrica reflete também a participação efetiva da PT SGPS nas *holdings* controladoras da Oi, nos montantes de 19 milhões de euros em 31 de março de 2015 e 21 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014. Os investimentos em empreendimentos conjuntos encontram-se mensurados através do método de equivalência patrimonial.

Os [ativos não correntes detidos para venda](#) em 31 de dezembro de 2014 correspondem ao justo valor das ações da Oi objeto da Permuta. O justo valor destas ações foi determinado com base na cotação das ações da Oi em 31 de dezembro de 2014.

01 Análise dos resultados consolidados

Os **outros ativos** em 31 de março de 2015, no montante de 226 milhões de euros, correspondem essencialmente ao justo valor dos ativos recebidos em 30 de março de 2015 (220 milhões de euros) no âmbito da Permuta, incluindo (1) 135 milhões de euros relativos ao justo valor estimado dos instrumentos de dívida emitidos pela Rio Forte, cujo valor nominal ascende a 897 milhões de euros, e (2) 86 milhões de euros referentes ao justo valor estimado atribuído à Opção de Compra.

As **provisões** em 31 de dezembro de 2014 incluem um montante de 27 milhões de euros, relacionado com o impacto patrimonial da Permuta. Esta provisão inclui (1) uma provisão de 168 milhões de euros referente à diferença entre o valor contabilístico das ações a entregar e o justo valor dos ativos a receber, líquida de (2) um montante de 141 milhões de euros (Nota 13) correspondente ao ganho estimado pelo efeito do aumento da participação efetiva na Oi de 22,8% para 27,5% decorrente da redução do número de ações em circulação da Oi após a execução da Permuta.

O **capital próprio** ascende a 1.087 milhões de euros em 31 de março de 2015, em comparação com 1.153 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, uma diminuição de 65 milhões de euros, refletindo essencialmente (1) o prejuízo de 43 milhões de euros gerado no 1T15 e (2) ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 25 milhões de euros, os quais refletem essencialmente o impacto da desvalorização do Real face Euro no 1T15.

02

Evolução dos negócios

Combinação dos negócios da PT SGPS e da Oi

Na sequência do memorando de entendimentos oportunamente divulgado ao mercado no dia 2 de outubro de 2013 (“Memorando de Entendimentos”), a PT SGPS, a Oi e os principais acionistas de ambas as sociedades anunciaram a intenção de proceder à combinação dos negócios da PT SGPS e da Oi (a “Combinação de Negócios”), concentrando-os numa única entidade cotada de direito brasileiro, tendo entretanto sido definido que essa sociedade seria a Telemar Participações, S.A. (“TmarPart” ou “CorpCo”).

A operação de Combinação de Negócios tal como inicialmente equacionada envolvia três fases principais:

- Uma primeira fase, envolvendo um aumento do capital da Oi (o “Aumento de Capital da Oi”), liquidado em 5 de maio de 2014, com a emissão de ações ordinárias e ações preferenciais numa oferta de subscrição por um total de 8.250 milhões de reais em dinheiro, incluindo o exercício do *greenshoe*, e ações ordinárias e ações preferenciais a favor da PT SGPS, em troca da transferência pela PT SGPS para a Oi (i) da totalidade dos ativos operacionais da PT SGPS, exceto as participações detidas direta ou indiretamente – através da Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”) e da PTB2, S.A. (“PTB2”) – na Oi e na Contax Participações S.A. (“Contax”) e na Bratel BV (“Bratel”), e (ii) substancialmente todo o passivo da PT SGPS no momento da entrega, valorizados em termos líquidos (ativos menos passivos), nos termos do respetivo laudo de avaliação, em 5.709,9 milhões de reais. Simultaneamente com o Aumento de Capital da Oi, a PT SGPS, através das suas subsidiárias no Brasil, subscreveu debêntures convertíveis em ações representativas do capital de sociedades pertencentes à cadeia de controlo da AG Telecom Participações SA (“AG Telecom”) e da LF Tel SA (“LF Tel”), e estas subscreveram debêntures convertíveis em ações representativas do capital da TmarPart, as quais foram integralmente convertidas. Em resultado de tal conversão, a PT SGPS passou a deter uma participação acionista adicional nas sociedades pertencentes à cadeia de controlo da AG Telecom e da LF Tel e, indiretamente, na TmarPart e na Oi;
- Uma segunda fase, envolvendo a incorporação de ações, ao abrigo da legislação brasileira (a “Incorporação da Oi”), nos termos da qual, sujeito à aprovação dos titulares das ações ordinárias da Oi e da CorpCo, a totalidade das ações da Oi não pertencentes à CorpCo seria trocada por ações ordinárias da CorpCo, tornando-se a Oi numa subsidiária integral da CorpCo e, no mesmo momento, esta última passaria a estar cotada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, SA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). Simultaneamente, com a Incorporação da Oi estava prevista a simplificação da estrutura de controlo da CorpCo, por meio da reorganização societária das diversas sociedades *holdings* acionistas diretas e indiretas da CorpCo, pela qual, entre outros efeitos, a PT SGPS passaria a deter diretamente as ações da Oi correspondentes à sua participação indireta na CorpCo (“Reorganização Societária”); e
- Uma terceira fase, envolvendo a posterior fusão por incorporação, nos termos das leis portuguesa e brasileira, da PT SGPS na CorpCo, sendo esta a sociedade incorporante (a “Fusão da PT SGPS”), e nos termos da qual os acionistas da PT SGPS receberiam uma quantidade total de ações da CorpCo igual à quantidade de ações desta sociedade detidas pela PT SGPS imediatamente antes da Fusão da PT SGPS.

02 Evolução dos negócios

As ações da CorpCo, entidade resultante das referidas operações, seriam cotadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, no mercado regulamentado NYSE Euronext Lisbon ("Euronext Lisbon") e na New York Stock Exchange ("NYSE").

A operação resultou assim de um acordo, cabendo às administrações de ambas as sociedades (que integravam entre os seus membros, inclusivamente, elementos comuns a ambas as sociedades, designadamente em virtude das participações recíprocas de cada uma delas no capital social da outra) a respetiva execução, sempre sujeita ao deliberado pelos acionistas em sede de Assembleia Geral. No caso concreto da PT SGPS, a primeira e terceira etapas encontravam-se sujeitas a deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Fase 1 - Aumento de capital da Oi

No âmbito do processo conducente à referida Combinação de Negócios, foi realizado o Aumento de Capital da Oi, tendo, como previsto, uma parte das novas ações emitidas pela Oi sido subscrita pela PT SGPS e realizada mediante uma contribuição em espécie correspondente à totalidade da participação acionista da PT SGPS na PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") empresa que então detinha a totalidade dos ativos operacionais correspondentes ao negócio das empresas do grupo PT SGPS (com exceção das ações, direta ou indiretamente detidas na própria Oi, na Contax e na Bratel BV) e dos respetivos passivos na data da sua contribuição ("Ativos PT"). Os Ativos PT foram contribuídos por um valor resultante de uma proposta do conselho de administração da Oi à Assembleia Geral da Oi, suportada por um laudo de avaliação realizado por uma empresa especializada independente – o Banco Santander (Brasil) SA, contratado para o efeito pela Oi – nos termos da legislação brasileira aplicável, tendo o referido laudo sido aprovado na Assembleia Geral da Oi realizada no dia 27 de março de 2014.

Conforme acima referido, a participação da PT SGPS no Aumento de Capital da Oi, atenta a respetiva magnitude, foi sujeita a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas da PT SGPS.

A Assembleia Geral da Oi aprovou, em 27 de março de 2014, o laudo de avaliação acima referido e a contribuição dos Ativos PT para a Oi, valorizados em 5.709,9 milhões de reais – correspondentes ao contravalor de 1.750 milhões de euros, por aplicação da taxa de conversão de Reais para Euros do dia 20 de fevereiro de 2014 (ou seja, de 3,2628 Reais por Euro), tal como previsto nos acordos anteriores – montante pelo qual a Assembleia Geral da PT SGPS, reunida igualmente em 27 de março de 2014, aprovou a contribuição de tais Ativos PT no âmbito do Aumento de Capital da Oi.

Em 5 de maio de 2014, ocorreu a liquidação do referido aumento de capital, tendo a PT SGPS subscrito 1.045.803.934 ações ordinárias e 1.720.252.731 ações preferenciais representativas do capital social da Oi como contrapartida da contribuição da totalidade da participação acionista detida na PT Portugal, titular dos Ativos PT. Deste modo, a PT SGPS passou a deter, àquela data, como único ativo relevante no seu património, uma participação, direta e indireta, de 39,7% no capital social da Oi, incluindo uma participação de 39,0% do respetivo capital social com direito de voto (excluindo a participação indireta detida através da TmarPart, da AG Telecom e da LF Tel na Oi).

Entre os Ativos PT, contribuídos no âmbito do Aumento de Capital da Oi, encontrava-se uma posição creditícia sobre a sociedade Rio Forte – empresa compreendida no Grupo Espírito Santo ("GES") – correspondente a aplicações de curto prazo subscritas ou adquiridas por duas das, ao tempo, subsidiárias integrais da PT SGPS – a saber, a PT Portugal e a PT Finance – com o valor nominal de 897 milhões de euros, identificados como "Instrumentos Rio Forte".

02 Evolução dos negócios

Acordos parassociais

Encontram-se em vigor os acordos de acionistas da TmarPart (“Acordos de Acionistas da TmarPart”) celebrados ou aditados em 25 de janeiro de 2011, em 19 de fevereiro de 2014 e em 8 de setembro de 2014, sendo os quóruns estabelecidos nos acordos ajustados tendo em consideração a percentagem dos interesses detidos pela AG Telecom, pela LF Tel, pelo BNDES Participações SA – BNDESPAR (“BNDESPAR”), pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI”), pela Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FATL”), pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS (“PETROS”), pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (“FUNCEF”) e pela Bratel Brasil S.A., por forma a assegurar que os direitos de voto destes acionistas serão idênticos àqueles detidos em 19 de fevereiro de 2014, e desde que tais acionistas não tivessem reduzido as respetivas participações sociais através da venda de ações a terceiros que não sejam signatários originais do Acordo de Acionistas Global (conforme definido abaixo) ou suas partes relacionadas.

Os Acordos de Acionistas da TmarPart compreendem (a) um acordo de acionistas geral, celebrado por todos os acionistas da TmarPart – AG Telecom, LF Tel, FATL, Bratel Brasil, BNDESPAR, PREVI, PETROS e FUNCEF – como partes, e pela TmarPart e PT SGPS, como partes intervenientes (“Acordo de Acionistas Global”) e (b) um acordo de acionistas celebrado apenas entre a AG Telecom, a LF Tel e a FATL como partes e pela TmarPart como interveniente (“Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo”).

Os Acordos de Acionistas da TmarPart preveem os seguintes direitos e obrigações relevantes:

(1) Acordo de Acionistas Global:

- (i) O período de duração inicial do Acordo de Acionistas Global termina em 25 de abril de 2048, ou na data em que a última concessão ou autorização a caducar, detida pela TmarPart ou por qualquer das suas subsidiárias, caduque, conforme o que ocorrer mais tarde, sem prejuízo do acordo das partes do Acordo de Acionistas Global. A duração do Acordo de Acionistas Global poderá ser prorrogada por períodos sucessivos de dez anos com o consentimento de todas as respetivas partes.
- (ii) Aplicam-se as seguintes regras relativamente à eleição de membros do conselho de administração e de diretores, e ao voto das respetivas ações, da TmarPart e de cada uma das subsidiárias da TmarPart que tenham uma receita operacional líquida igual ou superior a R\$100 milhões, as quais serão referidas como “subsidiárias controladas”:
 - a. O Conselho de Administração da TmarPart será composto por onze membros efetivos e igual número de suplentes;
 - b. A AG Telecom, a LF Tel e a FATL terão, em conjunto, o direito de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas;
 - c. Cada incremento de 7% do capital social com direito de voto da TmarPart detido por uma parte do Acordo de Acionistas Global atribuirá a tal parte o direito de designar um membro do conselho de administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas e o respetivo suplente;

02 Evolução dos negócios

- d. Enquanto detiver pelo menos 7% do capital social com direito de voto da TmarPart, a PT SGPS terá o direito de designar um membro do conselho de administração da TmarPart e dois membros do Conselho de Administração da Oi e os respetivos suplentes, de entre os administradores executivos e diretores executivos da PT SGPS;
 - e. Cada incremento de 7% do capital social com direito de voto da TmarPart detido em conjunto pela BNDESPAR, pela PREVI, pela PETROS e pela FUNCEF atribuirá a estas entidades o direito de designar coletivamente (a) um membro do Conselho de Administração da TmarPart e de cada uma das subsidiárias controladas e o respetivo suplente; e (b) um membro efetivo e respetivo suplente do Conselho de Administração da Oi;
 - f. A diretoria da TmarPart será composta por quatro diretores;
 - g. A AG Telecom, a LF Tel e a FATL terão, em conjunto, o direito de nomear o CEO da TmarPart e um outro membro da diretoria da TmarPart;
 - h. Enquanto detiverem, em conjunto, pelo menos 12% do capital social com direito de voto da TmarPart, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF terão, em conjunto, o direito de nomear um membro da diretoria da TmarPart;
 - i. Enquanto detiver pelo menos 12% do capital social com direito de voto da TmarPart, a PT SGPS terá o direito de eleger um membro da diretoria da TmarPart;
 - j. A AG Telecom, a LF Tel, a BNDESPAR, a Bratel Brasil, a FATL, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF elegerão, em conjunto, através das regras estabelecidas no Acordo de Acionistas Global, o CEO de cada uma das subsidiárias controladas;
 - k. A BNDESPAR, a PREVI, a PETROS e a FUNCEF têm o direito de designar, em conjunto, um membro do Conselho Fiscal da TmarPart, quando em funcionamento, e de cada uma das subsidiárias controladas; e
 - l. A AG Telecom, a LF Tel, a BNDESPAR, a Bratel Brasil, a FATL, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS terão reuniões prévias antes das reuniões de acionistas e do Conselho de Administração da TmarPart e das subsidiárias controladas, e exercerão os seus direitos de voto na TmarPart e nas subsidiárias controladas e instruirão os seus representantes nestes Conselhos de Administração a votar de acordo com as decisões tomadas nas reuniões prévias. Tais partes não poderão exercer os seus votos, incluindo das ações diretamente detidas na Oi e demais controladas relevantes, para obstar à aprovação de matérias já previamente aprovadas em reunião prévia realizada nos termos deste Acordo de Acionistas.
- (iii) Ao abrigo do Acordo de Acionistas Global, cada uma das partes acordou:
- a. Não celebrar outros acordos de acionistas relativos às ações da TmarPart, além (i) do Acordo de Acionistas Global, (ii) do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, (iii) dos acordos de acionistas celebrados entre a Bratel Brasil, a Andrade Gutierrez SA ("AGSA") e a Jereissati Telecom SA ("Jereissati Telecom"), e (iv) do acordo de acionistas celebrado entre a BNDESPAR, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS;
 - b. Não alterar o Acordo de Acionistas Global, o Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, os acordos de acionistas celebrados entre a Bratel Brasil, a AGSA e a Jereissati Telecom, nem o acordo de acionistas celebrado entre a BNDESPAR, a PREVI, a FUNCEF e a PETROS, sem o consentimento de todas as partes do Acordo de Acionistas Global;

02 Evolução dos negócios

- c. Não constituir quaisquer ónus sobre as ações que detêm na TmarPart, com exceção de penhor ou caução, nos termos previstos no Acordo de Acionistas Global;
- d. Atribuir determinados direitos de preferência e de acompanhamento em caso de venda (*tag along*) às demais partes do Acordo de Acionistas Global relativamente a qualquer transmissão das ações que detêm na TmarPart e a qualquer transmissão de ações representativas do controle da TmarPart;
- e. Que as demais partes do Acordo de Acionistas Global têm o direito de vender, e a PT SGPS (por meio da Bratel Brasil) têm o dever de comprar, até todas as ações detidas na TmarPart pelas outras partes, caso a Bratel Brasil adquira o controle da TmarPart;
- f. A oferecer as ações que detenham às demais partes do Acordo de Acionistas Global caso o acionista sofra uma alteração do respetivo controle; e
- g. Que os demais acionistas tenham o direito de adquirir todas as ações da TmarPart detidas pela Bratel Brasil no caso de uma alteração do controle da PT SGPS.

(2) Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo

- (i) O período de duração inicial do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo termina em 25 de abril de 2048, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de dez anos com o consentimento de todas as respetivas partes.
- (ii) Ao abrigo do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo, cada uma das partes acordou:
 - a. Ter reuniões prévias antes das reuniões prévias a ter lugar nos termos do Acordo de Acionistas Global, e exercer os direitos de voto correspondentes às suas ações ordinárias na TmarPart de acordo com as decisões tomadas em tais reuniões prévias;
 - b. Que quaisquer ações ordinárias da TmarPart vendidas por uma das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo a qualquer outra parte do mesmo acordo manter-se-ão sujeitas a este acordo; e
 - c. Se uma das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo vender a totalidade ou parte das suas ações ordinárias na TmarPart a qualquer outra das partes ou a terceiro, o(s) comprador(es) e o vendedor, consoante o caso, serão considerados um bloco para efeitos do exercício do direito de voto ao abrigo do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo (mesmo se o(s) comprador(es) já for(em) parte(s) deste acordo) e tal bloco terá reuniões prévias antes das reuniões prévias das partes do Acordo de Acionistas do Grupo de Controlo.

Instrumentos de dívida Rio Forte

Conforme mencionado acima, incluídos nos Ativos PT contribuídos pela PT SGPS para o aumento de capital da Oi contavam-se investimentos de curto prazo em papel comercial da Rio Forte, detidos pelas suas ex-subsidiárias PT Portugal e PT Finance no valor de 897 milhões de euros, que foram reinvestidos junto do Banco Espírito Santo, nos seguintes termos:

- a) Em 15 de abril de 2014, a PT Finance subscreveu 647 milhões de euros em títulos ("Notes") que se venceram a 15 de julho de 2014. Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida

02 Evolução dos negócios

não garantida e não subordinada ("unsecured and unsubordinated"), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3,75% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo;

- b) Em 15 de abril de 2014, a PT SGPS subscreveu 200 milhões de euros em títulos ("Notes") que se venceram a 15 de julho de 2014. Com efeitos a 5 de maio de 2014, esta posição foi transferida para a PT Portugal, no âmbito do processo de passagem de todos os ativos e passivos diretamente detidos pela PT SGPS para a PT Portugal para fins da contribuição desta no Aumento de Capital da Oi. Estas emissões foram feitas através de oferta particular comercializada pelo Banco Espírito Santo, ao abrigo de prospeto preparado pelo emitente, datado de 21 de setembro de 2012 e aprovado pela Commission de Surveillance du Secteur Financier luxemburguesa, designado por "Eur 1,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme". Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida "Senior", não garantida e não subordinada ("unsecured and unsubordinated"), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo; e
- c) Em 17 de abril de 2014, a PT Finance subscreveu 50 milhões de euros em títulos ("Notes") que se venceram a 17 de julho de 2014. Esta emissão foi realizada através de oferta particular comercializada pelo Banco Espírito Santo, ao abrigo de prospeto preparado pelo emitente, datado de 21 de setembro de 2012 e aprovado pela Commission de Surveillance du Secteur Financier luxemburguesa, designado por "Eur 1,000,000,000 Euro Medium Term Note Programme". Os termos e condições desta operação definem os títulos como dívida "Senior", não garantida e não subordinada ("unsecured and unsubordinated"), estando pari passu em termos de pagamento com a restante dívida não garantida e não subordinada do emitente. A rentabilidade definida correspondeu a 3,75% per annum (Base Atual/360). O foro definido para qualquer litígio é o Luxemburgo.

Estes instrumentos de dívida foram contribuídos pela PT SGPS no âmbito do Aumento de Capital da Oi, tendo em 15 e 17 de julho de 2014 ocorrido o vencimento dos referidos instrumentos, sem que a emitente tenha liquidado as suas obrigações.

Esta holding do GES solicitou a adoção do regime de gestão controlada de acordo com a legislação do Luxemburgo, dado que, apesar de reconhecer que não tinha capacidade financeira para cumprir com os seus compromissos financeiros, entendia que a melhor proteção para os seus credores passaria pela adoção desse regime legal, pretensão que foi rejeitada pelo tribunal do Luxemburgo. Na sequência dessa rejeição, a Rio Forte foi declarada insolvente pelo Tribunal do Luxemburgo no dia 8 de Dezembro de 2014, tendo a mesma entrado em processo de liquidação. De acordo com a última comunicação pública dos curadores da insolvência, o prazo para reclamação de créditos no processo termina no dia 1 de Junho de 2015.

Acordo sobre os termos para prosseguir com a Combinação de Negócios

No seguimento dos eventos acima referidos, em 28 de julho a PT SGPS e a Oi anunciaram que tinham chegado a acordo sobre os termos definitivos dos principais contratos a celebrar na sequência do novo Memorando de Entendimentos anunciado em 16 de julho de 2014. Os principais termos desses contratos estabeleciam que:

02 Evolução dos negócios

- A PT SGPS iria permutar com a Oi os Instrumentos Rio Forte no montante de 897 milhões de euros, em contrapartida de 474.348.720 ações ordinárias acrescidas de 948.697.440 ações preferenciais da Oi (“Ações da Oi Objeto da Permuta”) – ajustando pelo efeito do agrupamento das ações da Oi (*reverse stock split*) a 22 de dezembro de 2014, tal corresponde a 47.434.872 ações ordinárias, e 94.869.744 ações preferenciais;
- À PT SGPS seria atribuída uma opção de compra não transferível de tipo Americano (“Opção de Compra”) para readquirir as Ações da Oi Objeto da Permuta (com o preço de exercício de 2,0104 reais para ações ordinárias e 1,8529 reais para ações preferenciais) – ajustando pelo efeito do agrupamento das ações da Oi, corresponde a 20,104 reais para ações ordinárias e 18,529 reais para ações preferenciais, a qual seria ajustada pela taxa brasileira CDI acrescida de 1,5% por ano;
- A Opção de Compra sobre as Ações da Oi Objeto da Opção entraria em vigor à data da Permuta e teria uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício dessa opção pela PT SGPS em 10% no fim do primeiro ano e em 18% no fim de cada ano seguinte;
- Qualquer montante recebido como resultado da monetização da Opção de Compra, através da emissão de instrumentos derivados, teria de ser utilizado para o exercício da Opção de Compra;
- A PT SGPS só poderia adquirir ações da Oi ou da CorpCo através do exercício da Opção de Compra;
- A Opção de Compra seria cancelada se (i) os estatutos da PT SGPS fossem voluntariamente alterados para remover a limitação de voto de 10%, (ii) a PT SGPS atuasse como concorrente da Oi, ou (iii) a PT SGPS violasse certas obrigações decorrentes da documentação definitiva, e
- Os contratos seriam celebrados assim que todas as aprovações societárias fossem obtidas e a Permuta, a ser executada até 31 de março 2015, estaria sujeita à aprovação da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil (“CVM”).

Os termos dos acordos incluíam também um acordo alternativo à incorporação da PT SGPS na CorpCo anteriormente anunciada, de modo a atingir os seguintes objetivos:

- Permitir que a incorporação da Oi na CorpCo e a migração para o Novo Mercado fossem implementadas o mais rapidamente possível, com a cotação da CorpCo na BM&F Bovespa, Euronext Lisbon e NYSE;
- Sujeito a aprovação do Conselho de Administração e em Assembleia Geral de Acionistas, convocada especificamente para o efeito, a implementação de uma estrutura alternativa à Fusão da PT SGPS que permitiria alcançar o objetivo de, na forma mais célere e eficiente possível, unificar as bases acionistas de ambas as sociedades, procedendo-se à atribuição aos acionistas da PT SGPS das ações da CorpCo detidas pela PT SGPS, após a execução da Permuta e antes de qualquer exercício da Opção de Compra, correspondendo a uma participação de 25,6% na CorpCo, ajustada pelas ações em tesouraria, e
- A PT SGPS continuaria cotada, sendo os seus únicos ativos relevantes a participação nos Instrumentos Rio Forte e a Opção de Compra.

02 Evolução dos negócios

Os termos dos acordos, conforme acima descritos, foram aprovados no dia 8 de setembro de 2014 em Assembleia Geral de Acionistas da PT SGPS, tendo os contratos definitivos sido celebrados no mesmo dia. A execução da Permuta foi posteriormente aprovada pela CVM.

Execução do Contrato de permuta

Em 24 de março de 2015, a PT SGPS celebrou com a Oi, a PT Portugal, a PT Finance e a TmarPart o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações e Outras Avenças ("Instrumento de Cessão"), através do qual a PT Portugal transferiu os Instrumentos Rio Forte por ela detidos para a PT Finance e cedeu para a PT Finance todos os direitos e obrigações a eles relacionados nos termos do contrato de Permuta ("Cessão"). O Instrumento de Cessão também previa que a entrega, na Permuta, das Ações da Oi Objeto da Permuta poderia ser implementada mediante a transferência, pela PT SGPS, das Ações da Oi Objeto da Permuta ou de ADSs (American Depositary Shares) representativos das Ações da Oi Objeto da Permuta, a critério da PT SGPS. O Programa de ADR da Oi é regido (1) pelo Contrato de Depósito (Ações Ordinárias) celebrado em 27 de fevereiro de 2012, conforme aditado, entre a Oi, o Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário ("Depositário"), e todos os detentores de tempos em tempos de ADSs (American Depositary Shares) ("ADSs ON") emitidos nos termos do referido Contrato; e (2) pelo Contrato de Depósito (Ações Preferenciais) celebrado em 27 de fevereiro de 2012, conforme aditado, entre a Oi, o Depositário, e todos os detentores de tempos em tempos de ADSs (American Depositary Shares) ("ADSs PN") emitidos nos termos do referido Contrato.

Em 30 de março de 2015, foi consumada a Permuta, por meio da qual a PT SGPS (1) depositou as Ações da Oi Objeto da Permuta com o Depositário; e (2) instruiu o Depositário a registrar a transferência de 47.434.872 ADSs ON e 94.869.744 ADSs PN (em conjunto, os "ADSs Objeto da Permuta") para a PT Finance, representativos das Ações da Oi Objeto da Permuta.

Assim, em 30 de março de 2015, a PT SGPS transferiu os ADSs Objeto da Permuta para a PT Finance e a PT Finance transferiu para a PT SGPS os Instrumentos Rio Forte no valor total nominal de 897 milhões de euros.

Ainda em 30 de março de 2015, a Opção de Compra passou a vigorar e a produzir efeitos.

As negociações entre a PT SGPS e o restante corpo acionista de referência da Oi tiveram o seu desfecho a 31 de março de 2015. Tais negociações visaram a celebração de um novo acordo entre as partes, respeitante ao modelo da estrutura societária e de governo da Oi, dada a inviabilidade da migração da TmarPart para o segmento denominado Novo Mercado da BM&FBovespa até 31 de março de 2015. A redação de um novo acordo revestiu-se de importância maior, por forma a antecipar, na Oi, os principais benefícios divulgados aos acionistas, aquando do aumento de capital da Oi, liquidado em 5 de maio de 2014, sem que tal implicasse que não fossem envidados os devidos esforços para atingir o Novo Mercado.

As partes acordaram um novo modelo de estrutura societária e de governo da Oi (a "Nova Estrutura") que, além dos benefícios e objetivos divulgados na sequência do Memorando de Entendimento, permitem à Oi antecipar um novo modelo de governo que abrangerá as principais características do Novo Mercado.

02 Evolução dos negócios

- As alterações significativas ao modelo de governo da Oi serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de acionistas da Oi e serão implementadas no menor prazo possível, após a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações brasileira (“ANATEL”).
- Tendo em conta a consumação, em 30 de março de 2015, da Permuta entre a PT SGPS e a PT Finance de ações ordinárias e de ações preferenciais representativas do capital social da Oi por títulos de dívida emitidos pela Rio Forte, o Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 8 de setembro de 2014 (“Contrato de Opção”), passou a vigorar e a produzir efeitos. Foi celebrada uma alteração (“Aditivo”) ao Contrato de Opção, tal como então divulgado, que possibilitará à PT SGPS dar liquidez à sua Opção de Compra através de venda em mercado, independentemente de prévio consentimento da Oi, tendo a Oi o direito de preferência na aquisição da Opção de Compra, caso a PT SGPS decida aliená-la a terceiros. O Aditivo está sujeito a aprovação da Assembleia Geral de acionistas da Oi e, se aplicável, à aprovação da CVM, tendo-se a Oi comprometido a convocar a assembleia geral para deliberar sobre o Aditivo até ao dia 31 de agosto de 2015, para realização até 30 de setembro de 2015, e os acionistas de referência da Oi comprometido a votar favoravelmente a aprovação do Aditivo.

Venda do capital social da PT Portugal pela Oi

Em 2 de novembro de 2014 a Oi recebeu, da parte da Altice, uma proposta firme de aquisição dos ativos da PT Portugal, relacionados com as suas atividades operacionais. O valor da oferta cifrou-se em 7.025 milhões de euros, excluindo caixa e a dívida, o qual considerava um earn-out (pagamento diferido) de 400 milhões de euros dependente da geração futura de receitas, e um 2º earn-out de 400 milhões de euros dependente da geração futura de free cash flow operacional. Esta proposta excluía os investimentos da PT Portugal na Africatel GmbH & Co. KG e Timor Telecom, SA, o endividamento da PT Portugal e os Instrumentos Rio Forte.

A Oi recebeu uma 2ª proposta de aquisição dos ativos da PT Portugal a 11 de novembro de 2014, apresentada como proposta conjunta pela Apax Partners LLP (“Apax”) e pela Bain Capital Funds (“Bain”). Esta proposta de aquisição totalizou 7.075 milhões de euros, excluindo caixa e a dívida, contemplando earn-outs idênticos aos da proposta da Altice. A Apax e a Bain não se propuseram à aquisição dos negócios da PT Portugal em África, ao endividamento desta entidade e aos Instrumentos Rio Forte.

Decorrente da avaliação das propostas apresentadas, a 1 de dezembro, a Oi celebrou um contrato de exclusividade com a Altice, a vigorar por um período de 90 dias, de modo a permitir à Oi e à Altice negociar e acordar os termos finais da alienação da PT Portugal, e à Oi obter as autorizações societárias necessárias para alienar a entidade.

A 8 de dezembro, o Conselho de Administração da Oi deliberou favoravelmente quanto aos termos e condições gerais de alienação da integralidade das ações da PT Portugal a favor da Altice, os quais envolviam, essencialmente, as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria. A transação aprovada implica a alienação das ações da PT Portugal pelo “valor da empresa” (“enterprise value”) correspondente a 7,4 mil milhões de euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um earn-out de 500 milhões de euros relacionado com a geração futura de receita da PT Portugal. A concretização da transação será precedida da realização de atos de reorganização societária, com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e os negócios que serão segregados da PT Portugal, atrás referidos. Posteriormente, a 22 de janeiro de 2015, a decisão de alienação das

02 Evolução dos negócios

ações da PT Portugal foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da PT SGPS, o que constituía condição de eficácia do contrato de compra e venda das ações da PT Portugal.

Em 22 de Abril de 2015 verificaram-se as condições precedentes referentes (i) à aprovação, pela Comissão Europeia e (ii) à não oposição da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (antigo Instituto de Seguros de Portugal) à detenção, pela Altice Portugal, S.A., de uma participação qualificada indireta, representativa de 82.05% do capital social da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.. Nos termos do comunicado de imprensa da Comissão Europeia de 20 de Abril de 2015, para o qual a notificação supra referida da Altice Portugal, S.A. remete, a aprovação daquela Comissão é condicionada à alienação dos atuais negócios do grupo francês em Portugal, a saber, Cabovisão e ONI.

Previamente à consumação da alienação e como condição precedente à conclusão da alienação, está prevista no contrato a realização de atos de reorganização societária, atualmente em curso de execução, com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregar os investimentos da PT Portugal que não serão alienados pela Oi, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A., bem como todo ou parte do endividamento da PT Portugal.

Remuneração acionista Oi

Em 29 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Oi comunicou o cancelamento da Política de Remuneração aos Acionistas para os exercícios de 2013-2016, política essa que tinha sido comunicada a 13 de agosto de 2013. Em virtude da decisão tomada, a Oi fica somente sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social. A política cancelada previa dividendos para os exercícios de 2013-2016 num valor estimado de 500 milhões de reais, quantia que representava o dividendo mínimo que visava os seguintes objetivos: i) pagamento de dividendos correspondentes ao maior de entre 25% do lucro líquido do exercício ajustado, 3% do Património Líquido ou 6% do Capital Social; e ii) garantir pagamentos igualitários entre as categorias de ações ordinárias e preferenciais.

Retirada de negociação dos ADS da PT SGPS

Em 9 de março de 2015 o Conselho de Administração da PT SGPS aprovou a retirada de negociação dos *American Depositary Shares* ("ADS") da sociedade da New York Stock Exchange ("NYSE"). Após a retirada de negociação dos ADS da NYSE, a negociação das ações da PT SGPS continua a ter lugar na Euronext Lisbon. A decisão adotada ocorreu na sequência i) da notificação da NYSE, de 6 de fevereiro de 2015, quanto à negociação dos ADS da PT SGPS não estar a cumprir com os critérios do NYSE Listed Company Manual, ou seja, a cotação média de fecho destes instrumentos ter estado abaixo de USD 1,00 por um período consecutivo de negociação de 30 dias, e ii) da possibilidade de redução dos encargos da PT SGPS, através da eliminação dos encargos associados à manutenção da negociação dos ADS na NYSE. O último dia de negociação dos ADSs da PT na NYSE foi 27 de março de 2015. A PT SGPS mantém o seu programa de *American Depositary Receipts*, permitindo aos investidores deter os seus ADSs e negociá-los em transações OTC (*over-the-counter*). Tal decisão não tem impacto no que respeita aos requisitos de reporte de informação da PT SGPS, conforme estabelecido pelo U.S. Securities Exchange Act of 1934, incluindo as obrigações de submeter relatórios anuais em Form 20-F e relatórios em Form 6-K.

02 Evolução dos negócios

Órgãos sociais

Ocorreram as seguintes alterações à composição dos Órgãos Sociais da PT SGPS, ao longo do 1º trimestre de 2015:

- Cessação de funções por renúncia de vogais do Conselho de Administração:
 - Francisco Teixeira Pereira Soares, em 27 de fevereiro de 2015
 - Paulo José Lopes Varela, em 16 de março de 2015
 - Luís Pacheco de Melo, em 18 de março de 2015
 - Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré, em 31 de março de 2015

- Designação, por cooptação, de vogais do Conselho de Administração:
 - João Manuel Pisco de Castro, em 17 de março de 2015

- Designação de novo representante para as relações com o mercado e a CMVM:
 - Luis Manuel da Costa de Sousa de Macedo, em 26 de janeiro de 2015

Demonstrações Financeiras Consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

	Notas	1T15	1T14 Reexpresso
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal	5	1.005.909	3.182.911
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	6	2.496.890	890.160
Impostos indiretos	7	469.056	639.991
Depreciações		23.654	46.038
Perdas com a alienação de ativos fixos, líquidos		-	31.691
Outros ganhos, líquidos		-	(490.244)
		3.995.509	4.300.547
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		(3.995.509)	(4.300.547)
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros obtidos, líquidos	8	(200.268)	(6.800.617)
Ganhos com variações cambiais, líquidas		(26.258)	(66.715)
Perdas em empreendimentos conjuntos	13	38.654.670	16.668.786
Outros custos (ganhos) financeiros, líquidos		568.920	(172.675)
		38.997.064	9.628.779
Resultado antes de impostos		(42.992.573)	(13.929.326)
Imposto sobre o rendimento	9	46	65.084
Resultado das operações continuadas		(42.992.619)	(13.994.410)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado das operações descontinuadas	10	-	8.854.311
RESULTADO LÍQUIDO		(42.992.619)	(5.140.099)
Atribuível a interesses não controladores		-	9.582.621
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom		(42.992.619)	(14.722.720)
Resultado líquido por ação das operações continuadas			
Básico	11	(0,05)	(0,02)
Diluído	11	(0,05)	(0,02)
Resultado líquido por ação			
Básico	11	(0,05)	(0,02)
Diluído	11	(0,05)	(0,02)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	1T15	1T14
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	(42.992.619)	(5.140.099)
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio		
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)	(24.659.319)	106.823.303
Participação em montantes reconhecidos por empreendimentos conjuntos (ii)	213.263	9.466.233
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Benefícios de reforma		
Ganhos atuariais, líquidos	-	28.330.757
Efeito fiscal	-	(6.516.074)
Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)	1.411.790	6.606.483
Total dos resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	(23.034.266)	144.710.702
Total do rendimento integral	(66.026.885)	139.570.603
Atribuível a interesses não controladores	-	9.709.128
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom	(66.026.885)	129.861.475

(i) As perdas registadas no primeiro trimestre de 2015 e os ganhos registados no primeiro trimestre de 2014 estão relacionados essencialmente com o impacto da, respetivamente, desvalorização e valorização do Real face ao Euro nos investimentos no Brasil.

(ii) Esta rubrica respeita à participação efetiva da PT SGPS nas variações de justo valor nos instrumentos financeiros derivados de cobertura da Oi.

(iii) No primeiro trimestre de 2015, esta rubrica corresponde à participação efetiva da PT SGPS nos ganhos atuariais registados pela Oi relativos aos seus planos de benefícios de reforma. No primeiro trimestre de 2014, esta rubrica inclui a participação da PT SGPS nas perdas registadas pela Oi diretamente no capital próprio bem como outras perdas registadas diretamente no capital próprio por empresas que foram descontinuadas no âmbito do aumento de capital da Oi realizado em 5 de maio de 2014.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 DE MARÇO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Notas	31 mar 2015	31 dez 2014
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa	18.c	104.299.925	109.511.599
Contas a receber		228.524	67.430
Impostos a recuperar		5.694.331	6.135.935
Custos diferidos		286.725	11.997
Ativos não correntes detidos para venda	12	-	388.380.655
Total do ativo corrente		110.509.505	504.107.616
Ativo não corrente			
Impostos a recuperar		12.710	3.440
Investimentos em empreendimentos conjuntos	13	794.205.376	714.177.448
Ativos tangíveis		182.024	163.866
Outros ativos não correntes	14	220.264.286	-
Total do ativo não corrente		1.014.664.396	714.344.754
Total do ativo		1.125.173.901	1.218.452.370
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo		81.719	54.084
Contas a pagar	15	15.851.090	8.961.143
Acréscimos de custos	16	21.541.248	23.449.284
Impostos a pagar		170.104	5.356.014
Provisões	17	75.858	27.186.177
Outros passivos correntes		856.550	856.549
Total do passivo corrente		38.576.569	65.863.251
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo		84.620	49.523
Impostos a pagar		38.593	38.593
Total do passivo não corrente		123.213	88.116
Total do passivo		38.699.782	65.951.367
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(178.071.827)	(178.071.827)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		185.042.147	185.042.147
Outras reservas e resultados acumulados		1.045.835.285	1.111.862.169
Total do capital próprio		1.086.474.119	1.152.501.003
Total do capital próprio e do passivo		1.125.173.901	1.218.452.370

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	516.587.428	1.421.614.031	1.641.319.377	225.495.738	1.866.815.115
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(8.149.504)	8.149.504	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	144.584.195	144.584.195	126.507	144.710.702
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	(14.722.720)	(14.722.720)	9.582.621	(5.140.099)
Saldo em 31 de março de 2014	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	508.437.924	1.559.625.010	1.771.180.852	235.204.866	2.006.385.718

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2014	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	185.042.147	1.111.862.169	1.152.501.003	-	1.152.501.003
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	(23.034.265)	(23.034.265)	-	(23.034.265)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	(42.992.619)	(42.992.619)	-	(42.992.619)
Saldo em 31 de março de 2015	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	185.042.147	1.045.835.285	1.086.474.119	-	1.086.474.119

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

TIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014

euros

	Notas	1T15	1T14 Reexpresso
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos a fornecedores		(3.993.406)	(632.572)
Pagamentos ao pessoal		(1.162.869)	(5.787.425)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		578.400	(5.723.387)
Outros recebimentos, líquidos		177.483	-
Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas		(4.400.392)	(12.143.384)
Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas	10		229.187.483
Fluxos das atividades operacionais (1)		(4.400.392)	217.044.099
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos tangíveis e intangíveis		-	5.343
Juros e proveitos similares	18.a	180.375	9.315.241
		180.375	9.320.584
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo		-	(2.776.124)
Investimentos financeiros		-	(18.472)
Ativos tangíveis e intangíveis		-	(52.386)
		-	(2.846.982)
Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas		180.375	6.473.602
Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas	10		(294.557.995)
Fluxos das atividades de investimento (2)		180.375	(288.084.393)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	18.b	(32.200)	(52.445)
Juros e custos similares		(765.988)	(4.225)
Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas		(798.188)	(56.670)
Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas	10		(315.529.658)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(798.188)	(315.586.328)
Caixa e seus equivalentes no início do período		109.511.599	1.658.950.514
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(5.018.205)	(386.626.622)
Efeito das diferenças de câmbio		(193.469)	4.514.720
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.c	104.299.925	1.276.838.612

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de março de 2015

(Montantes expressos em euros exceto quando indicado em contrário)

1. Introdução

Em 31 de dezembro de 2014, no seguimento do aumento de capital da Oi realizado em 5 de maio de 2014, a PT SGPS detinha uma participação efetiva de 39,7% na Oi, incluindo uma participação que se encontrava classificada como ativo não corrente devido para venda (Nota 12), no âmbito da Permuta celebrada em 8 de setembro de 2014 e executada em 30 de março de 2015, e a participação remanescente de 22,8% que se encontrava classificada como um investimento em empreendimentos conjuntos (Nota 13) e consequentemente reconhecida de acordo com o método de equivalência patrimonial.

Em 30 de março de 2015, foi consumada a execução do contrato de permuta, por meio do qual a PT SGPS (1) transferiu para a PT Finance 47.434.872 ações ordinárias da Oi e 94.869.744 ações preferenciais da Oi, e (2) recebeu da PT Finance como contrapartida instrumentos de dívida da Rio Forte com um valor nominal de 897 milhões de euros a Opção de Compra sobre as referidas ações cujas principais características se encontram descritas abaixo.

Após a execução do contrato de permuta, a PT SGPS detém (1) uma participação efetiva de 27,5% na Oi, correspondente à participação de 22,8% acima referida acrescida de 4,7% decorrente da redução do número de ações em circulação da Oi, (2) os instrumentos de dívida da Rio Forte com um valor nominal de 897 milhões de euros, e (3) a Opção de Compra sobre 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais da Oi, com um preço de exercício de 20,104 reais para ações ordinárias e 18,529 reais para ações preferenciais e uma maturidade de 6 anos, expirando a possibilidade de exercício da opção pela PT SGPS em 10% no fim do primeiro ano e em 18% no fim de cada ano seguinte.

Em março de 2015, foi celebrada uma alteração ("Aditivo") ao Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, celebrado em 8 de setembro de 2014, que possibilitará à PT SGPS dar liquidez à sua Opção de Compra de ações da Oi através de venda em mercado, independentemente de prévio consentimento da Oi, tendo a Oi o direito de preferência na aquisição da Opção de Compra caso a PT SGPS decida aliená-la a terceiros. O Aditivo está sujeito à aprovação da assembleia geral de acionistas da Oi e, se aplicável, à aprovação da CVM, tendo-se a Oi comprometido a convocar a assembleia geral para deliberar sobre o Aditivo até ao dia 31 de agosto de 2015, para realização até dia 30 de setembro de 2015, e os acionistas de referência da Oi comprometido a votar favoravelmente a aprovação do Aditivo.

No final de março de 2015, as partes acordaram ainda um novo modelo de estrutura societária e de governo da Oi ("Nova Estrutura"), o qual além dos benefícios e objetivos anteriormente divulgados se caracteriza pelo seguinte:

- Toda a transformação societária e de governo corporativo será realizada na Oi, com eliminação da necessidade de criação da CorpCo.
- Aprovação de um novo Estatuto Social da Oi, bem como a celebração de um aditivo ao compromisso provisório de voto dos seus acionistas, vigente até à implementação da Nova Estrutura ("Compromisso de Voto"), que possibilitará: (i) a implementação de um programa de conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, à razão de 0,9211 ações ordinárias para cada ação preferencial, sujeita a uma adesão mínima de 2/3 das ações preferenciais, de forma a conferir a todos os acionistas a possibilidade de exercer o direito de voto e maximizar a possibilidade de existência de uma única classe de ações; (ii) a implementação do princípio de 1 ação 1 voto. No entanto, e para preservar o equilíbrio entre os acionistas e a dispersão de controlo desejada no momento do Aumento de Capital, foi acordada a inclusão no Estatuto

Social da Oi de uma limitação do direito de voto de 15%, aplicável a todos os seus acionistas; esta limitação deixará de existir mediante a verificação de determinados eventos, nomeadamente no caso de aumento de capital, operação de reorganização societária ou oferta pública de aquisição de ações, em qualquer caso que resulte em diluição da base acionista atual (ou aquisição de participação, conforme o caso) superior a 50%; (iii) potenciar o incremento de liquidez, eliminando a sujeição a acordos *lock-up* de qualquer acionista; (iv) a eleição de um novo Conselho de Administração da Oi, com participação significativa de independentes, onde a paridade previamente existente na CorpCo entre os representantes da PT SGPS e os dos acionistas brasileiros se manterá; (v) a extinção da TmarPart por incorporação na Oi, o que determinará o fim dos acordos de acionistas da TmarPart e das outras sociedades controladoras da Oi, assegurando-se assim a dispersão do controlo acionista da Oi; e (vi) possibilidade de aproveitamento de sinergias financeiras por meio da incorporação das sociedades controladoras da Oi, direta e indiretamente.

A Nova Estrutura deverá ser implementada o mais rapidamente possível, e antes de 31 de outubro de 2015. Desta forma, a Oi antecipará um novo modelo de governo que abrangerá as principais características do Novo Mercado. Todas estas significativas alterações serão submetidas à aprovação da assembleia geral de acionistas da Oi e serão implementadas no menor prazo possível após a aprovação da ANATEL.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram apresentadas de acordo com a norma IAS 34 Relato Financeiro Intercalar ("IAS 34"). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme adotadas pela União Europeia, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Após 5 de maio de 2014, a PT SGPS deixou de consolidar integralmente a maioria dos negócios que detinha anteriormente a essa data, os quais foram contribuídos no aumento de capital da Oi. As receitas, custos e fluxos de caixa destes negócios até àquela data foram apresentados em rubricas de operações descontinuadas, motivo pelo qual as Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para o período de três meses findos em 31 de março de 2014 foram reexpressas (Nota 3).

3. Alterações de políticas contabilísticas

A PT SGPS reexpressou as Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa para o trimestre findo em 31 março de 2014, pela apresentação das receitas, custos e fluxos de caixa dos negócios contribuídos no aumento de capital da Oi em rubricas de operações descontinuadas, conforme referido na Nota 2. Os impactos desta reexpressão são como segue:

Demonstração Consolidada dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2014				euros
	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Operações descontinuadas	Demonstração reexpressa	
Receitas totais	689.976.747	(689.976.747)		-
Custos, perdas e (ganhos)				
Custos com o pessoal	100.246.825	(97.063.914)		3.182.911
Custos diretos dos serviços prestados	114.777.708	(114.777.708)		-
Custos comerciais	55.316.087	(55.316.087)		-
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	125.599.348	(124.709.188)		890.160
Impostos indiretos	12.024.775	(11.384.784)		639.991
Provisões e ajustamentos	2.691.673	(2.691.673)		-
Amortizações e depreciações	173.524.820	(173.478.782)		46.038
Custos com benefícios de reforma	10.416.815	(10.416.815)		-
Custos com redução de efetivos	263.873	(263.873)		-
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos	(159.716)	191.407		31.691
Outros custos (ganhos) operacionais, líquidos	6.240.630	(6.730.874)		(490.244)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	89.033.909	(93.334.456)		(4.300.547)
Juros suportados, líquidos	65.651.250	(72.451.867)		(6.800.617)
Perdas em empreendimentos conjuntos	18.204.317	(1.535.531)		16.668.786
Ganhos em empresas participadas, líquidos	(21.661.989)	21.661.989		-
Outros custos financeiros, líquidos	15.976.566	(16.215.956)		(239.390)
Imposto sobre o rendimento	16.003.864	(15.938.780)		65.084
Resultado líquido das operações continuadas	(5.140.099)	(8.854.311)		(13.994.410)
Resultado das operações descontinuadas	-	8.854.311		8.854.311
Resultado líquido	(5.140.099)	-		(5.140.099)
Atribuível aos interesses não-controladores	9.582.621	-		9.582.621
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom	(14.722.720)	-		(14.722.720)
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom				
Básico	(0,02)	-		(0,02)
Diluído	(0,02)	-		(0,02)

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para o trimestre findo em 31 de março de 2014
euros

	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Operações descontinuadas	Demonstração reexpressa
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	788.056.412	(788.056.412)	-
Pagamentos a fornecedores	(345.948.290)	345.315.718	(632.572)
Pagamentos ao pessoal	(108.484.933)	102.697.508	(5.787.425)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(19.435.908)	13.712.521	(5.723.387)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	(50.468.547)	50.468.547	-
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(46.674.635)	46.674.635	-
Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas	217.044.099	(229.187.483)	(12.143.384)
Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas	-	229.187.483	229.187.483
Fluxos das atividades operacionais (1)	217.044.099	-	217.044.099
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras de curto prazo	(150.293.011)	147.516.887	(2.776.124)
Juros e proveitos similares	23.399.954	(14.084.713)	9.315.241
Dividendos	1.056.627	(1.056.627)	-
Investimentos financeiros	(3.931.612)	3.913.140	(18.472)
Ativos tangíveis e intangíveis	(158.461.868)	158.414.825	(47.043)
Outras atividades de investimento	145.517	(145.517)	-
Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas	(288.084.393)	294.557.995	6.473.602
Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas	-	(294.557.995)	(294.557.995)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(288.084.393)	-	(288.084.393)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos	(150.141.933)	150.089.488	(52.445)
Juros e custos similares	(156.695.297)	156.691.072	(4.225)
Dividendos	(9.798.073)	9.798.073	-
Outras atividades de financiamento	1.048.975	(1.048.975)	-
Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas	(315.586.328)	315.529.658	(56.670)
Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas	-	(315.529.658)	(315.529.658)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(315.586.328)	-	(315.586.328)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.658.950.514	-	1.658.950.514
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(386.626.622)	-	(386.626.622)
Efeito das diferenças de câmbio	4.514.720	-	4.514.720
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	1.276.838.612	-	1.276.838.612

4. Taxas de câmbio utilizadas na conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos expressos nas principais moedas estrangeiras foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	31 mar 2015	31 dez 2014
Real	3,4958	3,2207
USD	1,0759	1,2141

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa de empresas subsidiárias e conjuntamente controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

Moeda	1T15	1T14
Real	3,2236	3,2400
USD	1,1261	1,3696

5. Custos com o pessoal

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	1T15	1T14
Remunerações fixas e variáveis (i)	868.009	2.773.538
Encargos sociais	130.434	351.224
Outros	7.466	58.149
	1.005.909	3.182.911

(i) A redução nesta rubrica reflete essencialmente menores custos com remunerações variáveis.

6. Fornecimentos, serviços externos e outras despesas

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	1T15	1T14
Trabalhos especializados (i)	1.979.997	501.710
Seguros	151.853	115.542
Deslocações e estadas	102.410	95.852
Outros	262.630	177.056
	2.496.890	890.160

(i) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente determinados honorários de consultoria financeira e assessoria legal incorridos no primeiro trimestre de 2015 no âmbito da operação de combinação de negócios entre a PT SGPS e a Oi e da OPA à qual a PT SGPS esteve sujeita.

7. Impostos indiretos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	1T15	1T14
Imposto sobre o Valor Acrescentado	451.022	581.249
Outros	18.034	58.743
	469.056	639.991

8. Juros obtidos, líquidos

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	1T15	1T14
Juros suportados		
Outros	-	363.673
Juros obtidos		
Relacionados com caixa e equivalentes de caixa (i)	(167.243)	(6.795.609)
Outros	(33.026)	(368.682)
	(200.268)	(6.800.617)

(i) Os juros obtidos no primeiro trimestre de 2014 estão relacionados com montantes de equivalentes de caixa existentes na Bratel Brasil que foram utilizados em 5 de maio de 2014 na subscrição de debentures (convertíveis em capital) emitidas pelas *holdings* controladoras da Oi.

9. Impostos e taxas

Em 2015, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21,0% (23,0% em 2014) acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros, e de 7,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 29,5% (31,5% em 2014) para lucros tributáveis que excedam 35 milhões de euros. No cálculo dos resultados tributáveis, aos quais é aplicada a referida taxa de imposto, os gastos e rendimentos não aceites fiscalmente são acrescidos ou deduzidos aos resultados contabilísticos.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros	
	1T15	1T14
Resultado antes de impostos	(42.992.573)	(13.929.326)
Taxa nominal de imposto	21,0%	23,0%
	(9.028.440)	(3.203.745)
Taxas de imposto diferenciadas (i)	(19.587)	310.527
Diferenças permanentes (ii)	8.117.481	3.833.821
Regularizações à estimativa de imposto de exercícios anteriores (iii)	506.976	(844.510)
Outros	423.616	(31.009)
	46	65.084
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	46	(704.515)
Imposto diferido	-	769.599
	46	65.084

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto aplicável à Bratel Brasil, cujos resultados são tributados à taxa de 34%.

(ii) Esta rubrica está relacionada essencialmente com a participação da PT SGPS nas perdas de empreendimentos conjuntos reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, as quais não são dedutíveis para efeitos fiscais nas contas da PT SGPS.

(iii) Esta rubrica respeita a correções à estimativa de imposto sobre o rendimento de exercícios anteriores.

10. Operações descontinuadas

Em 5 de maio de 2014, a PT SGPS contribuiu com a maioria dos seus negócios para a realização do aumento de capital da Oi. Consequentemente, as receitas e custos destes negócios no primeiro trimestre de 2014 foram apresentados na rubrica "Resultado das operações descontinuadas". A composição desta rubrica é como segue:

	euros
	1T14
Receitas operacionais	689.976.747
Custos operacionais	(596.642.291)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	93.334.456
Despesas financeiras, líquidas	(68.541.365)
Resultados antes de impostos	24.793.091
Imposto sobre o rendimento	(15.938.780)
Resultado líquido das operações descontinuadas	8.854.311

Os fluxos de caixa de operações descontinuadas no primeiro trimestre de 2014 foram como segue:

	euros
	1T14
Atividades operacionais (i)	229.187.483
Atividades de investimento (ii)	(294.557.995)
Atividades de financiamento (iii)	(315.529.658)
	(380.900.170)

- (i) Os fluxos de caixa das atividades operacionais das operações descontinuadas no primeiro trimestre de 2014 correspondem às atividades operacionais dos negócios contribuídos para o aumento de capital da Oi em 5 de maio de 2014, incluindo essencialmente recebimentos de clientes (788 milhões de euros), pagamentos a fornecedores (345 milhões de euros), pagamentos ao pessoal (103 milhões de euros), pagamentos relacionados com benefícios de reforma (50 milhões de euros) e pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros (47 milhões de euros).
- (ii) Os fluxos de caixa das atividades de investimento das operações descontinuadas incluem essencialmente pagamentos respeitantes a investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis (159 milhões de euros) e à constituição de aplicações financeiras (148 milhões de euros), líquidos de recebimentos provenientes de juros e proveitos similares no montante de 14 milhões de euros.
- (iii) Os fluxos de caixa das atividades de financiamento das operações descontinuadas refletem essencialmente pagamentos respeitantes ao reembolso de empréstimos obtidos (150 milhões de euros) e a juros e custos similares relacionados com esses financiamentos (157 milhões de euros). A globalidade da dívida bruta consolidada foi transferida para Oi no aumento de capital em 5 de maio de 2015, motivo pelo qual os respetivos fluxos foram classificados em atividades de financiamento de operações descontinuadas.

11. Resultados por ação

Os resultados por ação nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 foram calculados da seguinte forma:

		euros	
		1T15	1T14
Resultado das operações continuadas	(1)	(42.992.619)	(13.994.410)
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	-	(728.310)
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(3)	(42.992.619)	(14.722.720)
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto) (i)	(4)	-	7.906.692
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(5)	(42.992.619)	(6.816.028)
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (ii)	(6)	875.872.500	855.103.005
Efeito das obrigações convertíveis (i)		-	84.175.084
	(7)	875.872.500	939.278.089
Resultado por ação das operações continuadas			
Básico	(1)/(6)	(0,05)	(0,02)
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	(0,05)	(0,02)
Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores			
Básico	(2)/(6)	-	(0,00)
Diluído	(2)/(7)	-	(0,00)
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom			
Básico	(3)/(6)	(0,05)	(0,02)
Diluído	(5)/(7)	(0,05)	(0,02)

(i) Os efeitos dilutivos correspondem ao impacto dos empréstimos por obrigações convertíveis emitidos em agosto de 2007, situação aplicável até 5 de maio de 2014, data em que este financiamento foi transferido para a PT Portugal no âmbito do aumento de capital da Oi.

(ii) Em 31 de março de 2015, o número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps. Em 31 de março de 2014, o número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de equity swaps, e (2) pela participação da PT SGPS nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a PT SGPS e a Oi. Em 5 de maio de 2014, no seguimento do aumento de capital da Oi, a PT SGPS desreconheceu estas ações próprias detidas indiretamente através do investimento na Oi.

12. Ativos não correntes detidos para venda

Em 8 setembro de 2014 (Nota 1), a PT SGPS celebrou a Permuta com a Oi mediante a qual a PT SGPS deveria entregar 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais da Oi por si detidas, recebendo como contrapartida os títulos de dívida da Rio Forte e a Opção de Compra sobre as referidas ações da Oi (Nota 1). Consequentemente, a partir da referida data, as ações da Oi objeto da Permuta passaram a ser classificadas como um ativo não corrente detido para venda e mensurados ao justo valor com base na cotação das ações da Oi.

O justo valor das ações da Oi objeto da Permuta ascendia a 388 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014 e 239 milhões de euros na data de execução da Permuta, em 30 de março de 2015. Esta operação não teve qualquer impacto em resultados uma vez que:

- Foi apurada uma perda de 149 milhões de euros pela redução no justo valor das ações objeto da Permuta entre 1 de janeiro e 30 de março de 2015, a qual reflete a desvalorização das ações da Oi e a desvalorização do Real face ao Euro.
- Foi apurada uma perda de 19 milhões de euros correspondente à diferença entre o justo valor das ações entregues (239 milhões de euros) e o justo valor dos ativos recebidos (220 milhões de euros – Nota 14) no âmbito da execução da Permuta.
- As perdas acima referidas foram integralmente compensadas pela reversão de uma provisão de 168 milhões de euros (Nota 17) reconhecida em 31 de dezembro de 2014 para fazer face à execução da Permuta.

13. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Esta rubrica corresponde aos investimentos em empreendimentos conjuntos, incluindo essencialmente os investimentos na Oi e nos respetivos acionistas controladores.

Em 8 de setembro de 2014, conforme explicado anteriormente, a PT SGPS celebrou com a Oi a Permuta de uma parcela das ações da Oi detidas diretamente pela PT SGPS por títulos de dívida da Rio Forte e uma Opção de Compra sobre as referidas ações. Este contrato foi executado em 30 de março de 2015 após terem sido obtidas todas as aprovações necessárias. Em resultado do acordo celebrado em 8 de setembro de 2014, a parcela do investimento na Oi a entregar no âmbito do contrato de permuta foi classificada como ativo não corrente detido para venda e mensurada pelo respetivo justo valor baseado na cotação das ações da Oi (Nota 12). A participação remanescente de 22,8%, incluindo as participações de 15,9% e 3,0% detidas diretamente pela PT SGPS e Bratel Brasil, respetivamente, e a participação de 3,9% detida indiretamente através das *holdings* controladoras da Oi, manteve-se classificada como um investimento em empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2014 e mensurada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

13.1. Detalhe dos investimentos em empreendimentos conjuntos

Conforme requerido pela IFRS 11, os investimentos em empreendimentos conjuntos encontram-se mensurados através do método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe destes investimentos era como segue:

	milhões de euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
Investimento direto em cada entidade		
Oi (i)	642	574
Telemar Participações (ii)	8	7
EDSP75 Participações (iii)	48	44
PASA Participações (iii)	49	46
Sayed RJ Participações (iv)	23	21
Venus RJ Participações (iv)	24	22
	794	714
Investimento efetivo em cada entidade		
Oi (v)	775	693
Holdings controladoras da Oi (vi)	19	21
	794	714

(i) Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, este investimento reflete a participação direta total de 22,8% (incluindo as participações de 19,2% e 3,6% detidas pela PT SGPS e Bratel Brasil, respetivamente) e 18,9% (incluindo as participações de 15,9% e 3,0% detidas pela PT SGPS e Bratel Brasil, respetivamente), respetivamente.

(ii) Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, este investimento financeiro corresponde à participação direta de 5,0% da Bratel Brasil nesta entidade, refletindo desta forma a participação direta da PT SGPS (a) no investimento que a TmarPart detém na Oi (4,4% e 3,7%, respetivamente), e (b) nos restantes ativos líquidos da TmarPart, os quais ascendiam a ativos líquidos de 31 milhões de euros em 31 de março de 2015 e 34 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014.

(iii) Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, estes investimentos financeiros correspondem à participação direta de 57,5% da Bratel Brasil nestas entidades, refletindo desta forma a participação direta da PT SGPS (a) nos investimentos que estas entidades detém, através da LF e da AG (detidas a 100% pela EDSP75 e PASA, respetivamente), na Oi (1,0% e 0,8%, respetivamente) e na TmarPart (37,2%), e (b) nos restantes passivos líquidos da LF e da AG, no montante total de 2 milhões de euros em 31 março de 2015 e 31 dezembro de 2014.

(iv) Em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, estes investimentos financeiros correspondem à participação direta de 65,0% detida pela PTB2 nestas entidades.

(v) Esta rubrica reflete a participação efetiva da PT SGPS na Oi (27,5% em 31 de março de 2015 e 22,8% em 31 de dezembro de 2014). O detalhe dos ativos e passivos da Oi que foram utilizados para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial encontra-se apresentado mais abaixo.

(vi) Esta rubrica reflete a participação efetiva da PT SGPS nos ativos e passivos das *holdings* controladoras da Oi deduzidos do investimento que estas entidades detém na Oi. Em 31 de março de 2015, esta rubrica reflete essencialmente caixa e equivalentes de caixa e tributos diferidos a recuperar da TmarPart (numa base individual) nos

montantes de 20,8 milhões de reais e 84,6 milhões de reais, respetivamente, cuja participação efetiva da PT SGPS ascende a 4,1 milhões de euros e 16,5 milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica reflete essencialmente caixa e equivalentes de caixa e tributos diferidos a recuperar da TmarPart (numa base individual) nos montantes de 22,9 milhões de reais e 81,7 milhões de reais, respetivamente, cuja participação efetiva da PT SGPS ascende a 4,9 milhões de euros e 17,3 milhões de euros, respetivamente.

O detalhe dos ativos e passivos da Oi que foram utilizados para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, é como segue:

	milhões de euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
Ativo corrente	14.610	15.303
Caixa e equivalentes de caixa	521	760
Contas a receber	2.315	2.313
Aplicações financeiras	41	53
Instrumentos financeiros derivativos	186	106
Ativos detidos para venda	10.164	10.534
Depósitos e bloqueios judiciais	333	352
Outros	1.052	1.185
Ativo não corrente	13.699	14.123
Depósitos e bloqueios judiciais	3.593	3.807
Instrumentos financeiros derivativos	1.316	895
Impostos diferidos	2.354	2.368
Outros	6.436	7.055
Total do ativo	28.309	29.427
Passivo corrente	12.539	13.214
Empréstimos e financiamentos	1.404	1.386
Fornecedores	1.244	1.346
Instrumentos financeiros derivativos	203	163
Autorizações e concessões a pagar	218	210
Provisões	297	329
Passivos associados a ativos detidos para venda	8.089	8.439
Programa de refinanciamento fiscal	27	29
Outros	1.057	1.312
Passivo não corrente	12.518	12.706
Empréstimos e financiamentos	9.741	9.745
Instrumentos financeiros derivativos	62	44
Autorizações e concessões a pagar	208	213
Provisões	1.172	1.265
Programa de refinanciamento fiscal	256	278
Outros	1.079	1.160
Total do passivo	25.057	25.919
Ativos líquidos	3.252	3.507
Participação dos acionistas não controladores da Oi	430	469
Ativos líquidos atribuíveis aos acionistas controladores da Oi	2.822	3.039
Participação efetiva da PT SGPS na Oi	27,5%	22,8%
Investimento total da PT SGPS na Oi	775	693

13.2. Detalhe da participação da PT SGPS nos resultados de empreendimentos conjuntos

Os ganhos (perdas) em empreendimentos conjuntos foram apurados através do método de equivalência patrimonial, sendo a sua composição nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 como segue:

	milhões de euros	
	1T15	1T14
Participação direta nos resultados de cada entidade (i)		
Oi	(24)	(2)
Telemar Participações	1	(5)
EDSP75 Participações	6	(6)
PASA Participações	6	(6)
Sayed Participações	3	-
Venus Participações	3	-
Ganho de participação (iv)	109	-
Reversão de provisão (v)	(141)	-
	(39)	(17)
Participação efetiva nos resultados de cada entidade		
Oi (ii)	(28)	(2)
Holdings controladoras da Oi (iii)	22	(15)
Ganho de participação (iv)	109	-
Reversão de provisão (v)	(141)	-
	(39)	(17)

- (i) Estas rubricas, conforme explicado acima, refletem a participação direta da PT SGPS nos resultados de cada um dos empreendimentos conjuntos, incluindo no caso das *holdings* controladoras da Oi a participação destes nos resultados da Oi bem como os resultados gerados por essas mesmas entidades, excluindo o efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial. No primeiro trimestre de 2015, no caso das *holdings* controladoras da Oi, estas rubricas incluem ainda os efeitos do ganho de participação registados nestas empresas decorrente da redução das ações em circulação da Oi.
- (ii) Esta rubrica reflete a participação efetiva da PT SGPS nos resultados da Oi. O detalhe dos resultados da Oi que foram utilizados para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial encontra-se apresentado mais abaixo.
- (iii) Esta rubrica reflete a participação efetiva da PT SGPS nos resultados das *holdings* controladoras da Oi deduzidos da participação destas entidades nos resultados da Oi apurada através da aplicação do método de equivalência patrimonial. Esta rubrica respeita essencialmente à participação da PT SGPS (a) nos juros suportados pela TmarPart, LF e AG relativos à dívida bruta destas entidades que foi reembolsada em 5 de maio de 2014, conforme referido acima, (b) em despesas gerais e administrativas incorridas pela TmarPart e (c) nos ganhos de participação apurados nestas empresas, no montante total de 22 milhões de euros, no âmbito da execução da Permuta em 30 de março de 2015 que se traduziu numa redução das ações em circulação da Oi.
- (iv) Esta rubrica respeita ao ganho de participação referente à participação direta na Oi decorrente da redução das ações em circulação da Oi no seguimento da execução da Permuta, no montante de 109 milhões de euros, ao qual deve ser acrescido o ganho total de 22 milhões de euros acima referido apurado das *holdings* controladoras da Oi, resultando num ganho total de 131 milhões de euros.
- (v) Esta despesa no montante de 141 milhões de euros (Nota 17), correspondente ao ganho de participação estimado em 31 de dezembro de 2014 e refletido no cálculo da provisão para a Permuta, líquido do ganho efetivo de 131 milhões de euros apurado em 2015, conforme referido acima, resultou numa perda líquida de 10 milhões de euros registada no primeiro trimestre de 2015, associado essencialmente ao resultado líquido da Oi durante o 1T15.

O detalhe dos resultados da Oi que foram utilizados para efeitos de aplicação do método de equivalência patrimonial, os quais foram ajustados por efeitos da alocação do preço de compra, bem como por outros ajustamentos de harmonização com as políticas contabilísticas do Grupo, é como segue:

	milhões de euros	
	1T15	1T14
Receitas de serviços e vendas (i) (ii)	2.184	2.122
Despesas operacionais excluindo amortizações (i)	1.560	1.211
Interconexão (iii)	157	233
Pessoal (iv)	191	204
Serviços de terceiros (v)	482	461
Serviços de manutenção de rede (vi)	143	147
Alugueres e seguros (vii)	275	240
Outras despesas operacionais, líquidas (viii)	312	(73)
Resultado operacional excluindo amortizações	624	911
Amortizações e depreciações	378	500
Resultado operacional	246	411
Despesas financeiras líquidas	394	354
Resultado antes de impostos	(148)	58
Imposto sobre o rendimento	(19)	64
Resultado líquido das operações continuadas	(128)	(6)
Resultado líquido das operações descontinuadas (ix)	(10)	-
Resultado líquido	(139)	(6)
Participação dos acionistas não controladores	(14)	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas controladores	(124)	(6)
Participação efetiva da Portugal Telecom na Oi (x)	22,8%	23,2%
Participação efetiva da Portugal Telecom nos resultados da Oi	(28)	(2)

(i) Estas rubricas estão afetadas positivamente pelo impacto da consolidação das receitas e despesas operacionais das operações em África no primeiro trimestre de 2015, as quais foram adquiridas em 5 de maio de 2014 no âmbito da aquisição da PT Portugal, e pelo efeito da valorização do Real face ao Euro. Abaixo apresentamos a explicação destas rubricas numa base comparável.

(ii) Excluindo o efeito de valorização do real face ao euro e a consolidação das receitas das operações em África, as receitas dos negócios no Brasil teriam reduzido em 0,5% face ao primeiro trimestre de 2014, refletindo essencialmente menores receitas nos segmentos residencial (-2,4%) e corporativo/PMEs (-3,4%) que mais do que compensaram um aumento nas receitas do segmento de mobilidade pessoal (4,3%). Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, a composição das receitas de serviços e vendas por segmento de cliente é como segue:

	milhões de euros	
	1T15	1T14
Residencial	773	788
Mobilidade pessoal	701	669
Empresarial/Corporativo	627	645
Outros serviços e negócios	84	21
	2.184	2.122

(iii) A redução nos custos de interconexão reflete essencialmente o corte das tarifas de VU-M e a redução no tráfego off-net (voz e SMS).

(iv) A redução nos custos com pessoal reflete a adoção pela Oi de diversas medidas de otimização de recursos humanos, nomeadamente a redução dos quadros executivos, controlo de horas extraordinárias e uma política de contratação mais restritiva. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto da consolidação das operações em África no primeiro trimestre de 2015.

(v) O aumento nos custos com serviços de terceiros reflete essencialmente o aumento das despesas com conteúdos de TV, dado o crescimento da base em TV paga da Oi, um aumento nos serviços de valor acrescentado (SVA), decorrente do crescimento do tráfego de dados, maiores custos com energia elétrica e o impacto da consolidação das operações em África no primeiro trimestre de 2015. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela renegociação de alguns contratos e pelo menor volume de comissões no trimestre.

(vi) A redução nos serviços de manutenção de rede é explicada pelo compromisso da Oi na eficiência e produtividade do seu negócio, cujo efeito mais do que compensou o impacto da consolidação das operações em África no primeiro trimestre de 2015.

- (vii) O aumento nos custos com alugueres e seguros reflete essencialmente (i) o aumento nos custos com o aluguer da infraestrutura de rede, decorrente da venda de dois lotes de torres móveis realizadas em março e dezembro de 2014, (ii) a valorização do USD face ao real, impactando os contratos de locação operacional da GlobeNet e do satélite SES-6, (iii) reajustes contratuais anuais, e (iv) o impacto da consolidação das operações em África no primeiro trimestre de 2015.
- (viii) As outras despesas operacionais líquidas no primeiro trimestre de 2014 incluem um ganho de R\$1,2 mil milhões (0,4 mil milhões de euros) relativo à venda das torres móveis.
- (ix) Esta rubrica respeita aos resultados das operações domésticas da PT Portugal que foram classificadas como operações descontinuadas no âmbito de um acordo celebrado com a Altice para a alienação a esta entidades das referidas operações domésticas da PT Portugal. A PT Portugal foi adquirida pela Oi em 5 de maio de 2014.
- (x) A PT SGPS apropriou-se dos resultados da Oi através do método de equivalência patrimonial com base na participação efetiva de 22,8% durante o primeiro trimestre de 2015, uma vez que o aumento para 27,5% ocorreu apenas na data de execução do contrato de permuta em 30 de março de 2015, e 23,2% no primeiro trimestre de 2014.

14. Outros ativos correntes e não correntes

No âmbito da execução da Permuta em 30 de março de 2015 (Nota 1), como contrapartida das ações Oi entregues à PT Finance, a PT SGPS recebeu os títulos de dívida emitidos pela Rio Forte com o valor nominal de 897 milhões de euros e a Opção de Compra sobre as referidas ações entregues. O justo valor destes ativos recebidos foi avaliado em 220 milhões de euros (Nota 12) em 30 de março de 2015, incluindo (1) 135 milhões de euros relativos aos instrumentos de dívida emitidos pela Rio Forte, e (2) 86 milhões de euros relativos à valorização da Opção de Compra.

15. Contas a pagar

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
Contas a pagar correntes		
Fornecedores conta corrente	1.618.272	984.563
Outros (i)	14.232.818	7.976.579
	15.851.090	8.961.143

- (i) Esta rubrica inclui um montante 13,3 milhões de euros em 31 de março de 2015 e de 7,9 milhões de euros em 31 dezembro de 2014, a pagar à PT Portugal relativo a imposto recebido do Estado Português por conta dessa entidade referente a derrama municipal, benefícios fiscais e tributações internacionais, no âmbito do consolidado fiscal do qual a PT SGPS era a sociedade dominante.

16. Acréscimo de custos

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
Fornecimentos e serviços externos (i)	17.360.768	19.248.143
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal (ii)	4.165.805	4.187.317
Outros	14.675	13.824
	21.541.248	23.449.284

- (i) Esta rubrica respeita essencialmente a honorários de consultoria financeira e assessoria legal incorridos no âmbito da operação de concentração empresarial entre a PT SGPS e a Oi.
- (ii) Esta rubrica inclui uma especialização para responsabilidades laborais a transitar para a PT Portugal, no montante total de 3,6 milhões de euros.

17. Provisões

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	31 mar 2015	31 dez 2014
Provisões para riscos e encargos		
Processos judiciais em curso	73.500	73.500
Impostos	2.358	2.358
Outras	-	27.110.319
	75.858	27.186.177

Em 31 de dezembro de 2014, as provisões para outros riscos e encargos correspondem a uma provisão de 27 milhões de euros relacionada com a Permuta (Nota 1), a qual refletia (1) uma provisão de 168 milhões de euros (Nota 12) para fazer face à diferença entre o valor contabilístico das ações da Oi entregues no âmbito da Permuta e o justo valor dos ativos recebidos em contrapartida, (2) líquida de um montante de 141 milhões de euros (Nota 13) correspondente ao ganho estimado pelo efeito do aumento da participação efetiva na Oi de 22,8% para 27,5% decorrente da redução do número de ações em circulação da Oi após a execução da Permuta. Em 30 de março de 2015, no âmbito da execução da Permuta, esta provisão foi revertida por contrapartida de resultados.

18. Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa

(a) Recebimentos provenientes de juros e proveitos similares

No primeiro trimestre 2014, os recebimentos líquidos respeitam essencialmente a juros de aplicações de tesouraria realizadas pela Bratel Brasil até 5 de maio de 2014, data em que esta entidade utilizou os montantes resgatados no vencimento destas aplicações, juntamente com o montante obtido num aumento de capital realizado pela Bratel BV, para subscrever obrigações convertíveis emitidas por determinadas entidades que direta ou indiretamente controlam a AG e a LF.

(b) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

No primeiro trimestre de 2015 e de 2014, os pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos, nos montantes de 32.200 euros e 52.445 euros, respetivamente, refletem essencialmente pagamentos associados a contratos de locação financeira.

(c) Caixa e equivalentes de caixa no fim do período

Em 31 de março de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	31 mar 2015	31 mar 2014
Caixa	5.003	2.263.971
Depósitos à ordem	3.560.903	92.326.897
Depósitos a prazo	98.000.000	470.391.393
Outros depósitos bancários	2.734.019	711.856.352
	104.299.925	1.276.838.612

19. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

A PT SGPS manteve influência sobre as entidades abaixo definidas até ao aumento de capital da Oi de 5 de maio de 2014, quando contribuiu a sua participação de 100% no capital social da PT Portugal, incluindo os investimentos indiretos nestas empresas associadas. As tabelas abaixo apresentam as transações ocorridas durante os primeiros trimestres de 2015 e 2014 entre o Grupo PT SGPS, incluindo as antigas entidades subsidiárias da PT SGPS até 5 de maio de 2014, e as empresas associadas e entidades controladas conjuntamente:

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros recebidos	
	1T15	1T14	1T15	1T14	1T15	1T14
Entidades conjuntamente controladas	458.622	845.301	-	3.242.143	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	-	1.980.822	-	3.357.658	-	-
Multitel	-	56.207	-	367.946	-	-
Outras	-	23	-	-	-	-
Empresas nacionais:						
PT-ACS	-	4.133.833	-	-	-	-
Sportinveste Multimédia	-	92.077	-	45.711	-	5.489
Siresp	-	-	-	4.712.030	-	12.586
Outras	-	183.570	-	953.756	-	20.697
	458.622	7.291.833	-	12.679.244	-	38.772

Adicionalmente às transações acima mencionadas, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a PT SGPS tinha contas a pagar a entidades controladas conjuntamente nos montantes de 13.742.395 euros e 7.874.531 euros, respetivamente, e tinha contas a receber de entidades controladas conjuntamente no valor de 114.903 euros em 31 de Dezembro de 2014.

Apesar de não serem empresas associadas em 31 de dezembro de 2014 e da PT SGPS não ter tido influência significativa sobre essas entidades nessa data, as entidades acima continuaram a ser investimentos da Oi.

b) Outros

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 0,45 milhões de euros e 1,12 milhões de euros, respetivamente.

No que respeita ao período findo em 31 de março de 2014, nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos tinham direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual paga no ano seguinte e os restantes 50% pagos três anos mais tarde se determinadas medidas de performance fossem atingidas. A PT SGPS reconheceu anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis. No trimestre findo em 31 de março de 2014, e após a Comissão de Avaliação ter verificado que os critérios estabelecidos na política de remunerações foram integralmente cumpridos, um montante de 4,89 milhões de euros foi pago aos administradores executivos em relação à parcela de 50% das remunerações variáveis de 2010 que não tinha sido paga no ano seguinte, mas diferida por um período de três anos.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, cinco dos administradores da Portugal Telecom desempenham funções executivas nestas empresas (entidades conjuntamente controladas pela Empresa), tendo recebido nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 uma compensação fixa total nos montantes de 0,2 milhões de Reais (0,1 milhões de euros) e 0,4 milhões de Reais (0,1 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em 31 de março de 2015, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014, as remunerações fixas dos dirigentes da PT SGPS ascenderam a 0,1 milhões de euros e 0,8 milhões de euros, respetivamente, não tendo sido pagas quaisquer remunerações variáveis.

20. Acionistas com Participações Qualificadas

A Sociedade entende ser relevante a divulgação dos saldos em dívida e transações realizadas com os seus principais acionistas, nomeadamente aqueles com uma participação qualificada acima de 2% no capital social da PT SGPS, e com todas as entidades reportadas por esses acionistas como integrando os respetivos grupos económicos. As tabelas abaixo apresentam os saldos em 31 março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações ocorridas durante os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 2014 entre o Grupo PT SGPS e essas entidades identificadas como acionistas com participação qualificada e respetivos grupos económicos:

Acionista	31 mar 2015		31 dez 2014	
	Equivalentes de caixa (i)	Contas a pagar	Equivalentes de caixa (i)	Contas a pagar
Novo Banco, S.A. (ii)	1.244.398	5.755.946	371.430	5.755.946
Morgan Stanley	-	3.250.000	-	3.250.000
	1.244.398	9.005.946	371.430	9.005.946

- (i) Os equivalentes de caixa em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 incluem essencialmente depósitos a prazo no Banco Espírito Santo e no Banco Espírito Santo Investimento.
- (ii) Adicionalmente, em 31 de março de 2014 estavam em balanço 897 milhões de euros de títulos de dívida emitidos pela Rio Forte, subscritos junto do BES, os quais foram reembolsados em Abril de 2014 e reinvestidos em títulos de dívida emitidos pela mesma Rio Forte, que foram transferidos para a Oi em 5 de maio de 2014, no âmbito da realização em espécie do aumento de capital desta empresa, e não foram reembolsados no seu vencimento. Em 30 de março de 2015, estes títulos de dívida foram objeto da execução da Permuta por ações da Oi até aí detidas pela PT SGPS, conforme explicado em detalhe nas Notas 1, 12 e 13.

Acionista	1T15		1T14	
	Custos e perdas	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Juros obtidos líquidos
Novo Banco, S.A. (ii)	279.606	-	-	-
Grupo BES (ii)	-	3.568.136	3.270.790	9.364.848
Visabeira	-	1.723.265	14.101.647	-
Controlinveste	-	549.792	12.753.181	-
RS Holding	-	108.478	800.311	-
BlackRock	-	84	-	-
UBS	-	72	25.258	(11.250)
	279.606	5.949.827	30.951.187	9.353.598

- (i) Conforme referido acima, a partir de 5 de maio de 2014, a PT SGPS deixou de controlar as entidades contribuídas no aumento de capital da Oi e que constituíam a contraparte na maioria das transações com acionistas com participações qualificadas.
- (ii) A partir de 3 de agosto de 2014 a participação qualificada na PT SGPS anteriormente detida ou imputada ao Banco Espírito Santo, S.A. passou a ser detida ou imputada ao Novo Banco, S.A.

21. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes a reportar.

Informação adicional aos acionistas

Contatos

Relação com Investidores

Luis Sousa de Macedo
Diretor de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069 - 300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: pt-ir@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, Form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

Deutsche Bank Trust Company Americas
ADR Division
Floor 27
60 Wall Street
New York 10005-2836
Fax: +1(732)544-6346

Os detentores de ADRs podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.ptsgps.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 2000

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e de Pessoa Coletiva nº 503 215 058